

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 10/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A CAMARA DE VEREADORES DE JACIARA E A EMPRESA J.N. PRADO-ME, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

01 - DAS PARTES

1.1.MUNICIPAL DE JACIARA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Jurucê, nº. 1.301, nesta cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 24.774.184/0001-05, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vereador Cloves Pereira da Silva, brasileiro, Autônomo, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG. 773.927 SSP/MT e CPF nº 513.327.791-15, doravante denominado, simplesmente, CONTRATANTE; e de outro lado, a Empresa J.N. PRADO-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.592.620/0001-37, estabelecida Rua Itatinga - n.º 772 – Bairro: Santa Luzia- Jaciara-MT, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pela Senhor JULIANO NARCISA PRADO , portador da Cédula de Identidade RG 11092726 SEJSP/MT e do CPF 924.533.841-04. RESOLVEM celebrar o presente Contrato de prestação de serviços, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, nos seguintes termos e condições:

02 - DO SUPORTE LEGAL

2.1. Este Contrato de Prestação de Serviço se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações e ainda Lei Complementar n.º 123/2006 e Licitação MODALIDADE CONVITE Nº. 002/2017 do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, sob o regime de EMPREITADA **POR PREÇO GLOBAL**, Processo Administrativo n.º 007/2017, bem como nas normas inerentes à matéria e ainda na homologação do Presidente da Câmara no processo licitatório datada de 19/10/2017.

03 - DO OBJETO

- 3.1. O presente instrumento tem por objeto à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO BANHEIROS NA CÂMARA DE VEREADORES DE JACIARA-ΜΤ", em conformidade com o projeto básico/executivo constantes do Processo Licitatório CONVITE N.º 02/2017;
- 3.2. Para a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, deverá a CONTRATADA obedecer às instruções e orientações do Engenheiro contratado pela CÂMARA DE VEREADORES DE JACIARA.



Palácio Izaias Alves Nogueira (Lei nº 714 de 15 de outubro de 98)

04 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. A obra será executada de conformidade com os termos da Licitação, CONVITE N.º 002/2017, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL de execução indireta sob o regime de EMPREITADA **POR PREÇO GLOBAL**, nos termos estatuídos pela alínea "a" do inciso VIII do Artigo 6° da Lei Federal n.º 8.666/93.

05 - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

5.1. O presente Instrumento Contratual foi firmado em decorrência da homologação e adjudicação emitida pelo Presidente da Câmara em 23/10/2017, concernente à Licitação instaurada na modalidade CARTA CONVITE Nº. 002/2017, Processo Administrativo n.º 007/2017 e de conformidade com os ditames da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

06- DO VALOR

6.1. O preço global para a execução da obra objeto deste Contrato corresponde ao valor de R\$ 64.276,09 (sessenta e quatro mil duzentos e setenta e seis reais e nove centavos), conforme planilha de preços apresentada pela CONTRATADA.

07 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1. As despesas decorrentes em virtude da obra e dos serviços realizados com base no presente processo licitatório correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento de 2017 da CÂMARA DE VEREADORES DE JACIARA:

449051 – OBRAS E INSTALAÇÕES

08 - PRAZO

- **8.1.** O prazo para conclusão dos serviços será até 60 (sessenta) dias, com inicio após o ciente na ordem de serviço, podendo ser prorrogado se necessário, somente mediante Aditivo Contratual, nos termos estabelecidos pela Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores;
- **8.2.** O prazo para início da obra será de no máximo até 05 (cinco) dias úteis após o ciente da CONTRATADA na Ordem de Serviço;
 - **8.2.1.** Conforme disponibilidade financeira da Contratante poderá ser dada Ordem de Serviço Parcial, até o limite total do contrato, de forma que não comprometera a funcionalidade obra e suas etapas.
- **8.3.** Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação mantidas as demais Cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico financeiro, desde que ocorra alguns dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:





Palácio Izaias Alves Nogueira (Lei nº 714 de 15 de outubro de 98)

- 8.3.1. Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
 - **8.3.2.** Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
 - **8.3.3.** Interrupção de execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem e no interesse da Administração:
 - **8.3.4.** Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei;
 - **8.3.5.** Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
 - **8.3.6.** Omissão ou atraso de providências a cargo da administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

09 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **9.1.** Os pagamentos serão efetuados em até 20 (vinte) dias após a apresentação das medições efetuadas, devidamente atestadas pelo engenheiro civil contratado para este fim pela CAMARA DE VEREADORES DE JACIARA acompanhadas da Nota Fiscal.
- **9.2.** As Notas Fiscais deverão ser apresentadas em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais dos itens, sem rasuras e devidamente atestadas pelo engenheiro civil.
 - **9.2.1.** A CÂMARA DE VEREADORES DE JACIARA só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do servidor responsável pelo recebimento, o necessário ATESTADO dando conta do adimplemento do contrato.
- **9.3.** As Notas Fiscais apresentadas com erro serão devolvidas à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se no Prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

10 - DO REAJUSTAMENTO

10.1. O valor proposto será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

11 - DAS PENALIDADES

- **11.1**. Pelo inadimplemento total ou parcial do presente Contrato, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, a critério do CONTRATANTE, garantida a prévia defesa:
 - 11.1.1. Advertência;
 - 11.1.2. Multas;





Palácio Izaias Alves Nogueira (Lei nº 714 de 15 de outubro de 98)

- 11.1.3. Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE.

12 - MULTAS

- 12.1. Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado, ou ainda situações que o CONTRATANTE caberia obviar, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes multas:
 - a) Por dia que exceder o prazo de entrega da obra, 1% (um pôr cento) do valor atualizado do contrato;
 - b) Multas variáveis de 1% (um por cento) do valor atualizado do contrato:
 - **b.1)** Se a entrega da obra não atender o andamento de acordo com Cronograma;
 - **b.2)** Se Não efetuar a entrega do objeto deste instrumento, de acordo com as normas, manuais, instruções e especificações contidas no Memorial Descritivo.
- 12.2. As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas:
 - 12.2.1. A CONTRATADA terá o limite de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação da penalidade no órgão oficial, para recolher a multa aos cofres do Município;
 - **12.2.2.** Os recursos contra a multa aplicada deverão ser feitos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, nas condições do Art. 109, Inciso I, alínea "f" da Lei Federal n.º 8.666/93.

13 - DA RESCISÃO

- 13.1. Constitui motivo para rescisão deste Contrato os Incisos de I a XVII do Art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 13.2. A rescisão do presente Contrato poderá ser:
 - 13.2.1. Amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
 - **13.2.1.** Administrativa por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93;
 - 13.2.3. Judicial nos termos da Legislação.





Palácio Izaias Alves Nogueira (Lei nº 714 de 15 de outubro de 98)

14 - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- **14.1.** O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do Artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, de comum acordo entre as partes e somente mediante aditivo contratual e, em especial nos casos abaixo:
 - I Unilateralmente pela CONTRATANTE:
 - a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
 - b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93;
- **14.1.2.** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 14.1.3. Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;
- **14.1.4.** Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo § 6° do Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;
- **14.1.5.** As alterações do valor do contrato, decorrente de modificação de quantitativos previstos, revisão de preços bem como a prorrogação de prazos e o seu desequilíbrio financeiro, serão formalizadas pôr lavraturas de Termo de Aditamento, pôr acordo das partes, conforme disposição legal contida no artigo 65 e seus incisos e parágrafos da Lei Federal n.º 8.666/93.

15 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **15.1.** O Contrato de Prestação de Serviço deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, sendo obrigações da CONTRATADA:
 - 15.1.1. Prestar os serviços, objeto do presente Contrato, com absoluta diligencia e perfeição;
 - **15.1.2.** A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da prestação dos serviços, objeto deste instrumento contratual;





Palácio Izaias Alves Nogueira (Lei nº 714 de 15 de outubro de 98)

- **15.1.3.** A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- **15.1.4.** Os acréscimos, supressões ou modificações que incorram em serviços complementares ou extraordinários, respeitados os limites da Legislação vigente, serão objetos de alterações unilateral do Contrato, e serão formalizados através de um único documento, quando do recebimento do objeto ora contratado;
- **15.1.5.** A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato;
- **15.1.6.** A CONTRATADA responsabiliza-se pelo fiel cumprimento das obrigações pertinentes aos serviços objeto deste Contrato;
- **15.1.7.** A CONTRATADA fica ciente e se responsabiliza pela prestação dos serviços de acordo com a Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico-Financeiro, com acompanhamento através do Engenheiro contratado pela Câmara, que se encarregará de repassar as orientações para a realização do mesmo.

16 - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- **16.1.** A CONTRATANTE se responsabiliza pelo pagamento nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- **16.2.** Fica o Engenheiro da CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento e pela realização das medições dos serviços objeto deste Instrumento Contratual;
- 16.3. Publicar o Extrato deste Instrumento na forma da Lei;
- **16.4.** Fornecer à CONTRATADA todas as orientações e subsídios necessários ao bom e fiel cumprimento do objeto deste Contrato;
- **16.5.** Notificar a CONTRATADA no caso da existência de alguma contrariedade relacionada aos serviços prestados e andamento;

17 - DA VINCULAÇÃO

17.1. O presente Contrato de Prestação de Serviço vincula-se ao Processo Administrativo n.º 007/2017, CONVITE nº. 002/2017 e seus anexos, bem como a proposta apresentada, vencedora do certame.

18 - DO DOMICÍLIO E FORO

18.1. As partes elegem, como domicílio legal, o Foro da Comarca de Jaciara - MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato de Prestação de Serviço, excluindo se qualquer outro por mais privilegiado que seja, desde que não possam ser resolvidas amigavelmente.



19 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 60 (sessenta) dias, com início após o ciente na ordem de serviço e término em 31/12/2017, podendo ser prorrogado no interesse da Administração nos termos da Lei nº 8.666/93.

20 - DA ASSINATURA

20.1. E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes que aceitam as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei Federal n.º 8.666/93, bem como as demais normas complementares, assinando este Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Jaciara-MT, 26 de outubro de 2017.

VER CLOVES PEREIRA DA SILVA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

> JVN. PRADO-ME JULIANO NARCISA PRADO CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura: Menat Rember G. de Sic VA

RG nº: 1028274.2 55P/m7

CPF: 006.013.561-10

Assinatura: M560uga

Nome: Adulicia Silva de Sou

RG nº: 1188628 - 5

CPF: 948. 452 851-91

